

Coorporativismo como um modelo de gestão governamental na Inclusão, Igualdade e Equidade de Gênero

Corporatism as a Model of Governmental Management in Inclusion, Equality, and Gender Equity

Recebido: 18/01/2024 | Revisado: 29/01/2024 | Aceitado: 30/01/2024 | Publicado: 01/02/2024

Alódia de Lurdes Nhaca

Universidade Católica de Moçambique, Moçambique
E-mail: Alodiadeludes@gmail.com

Benjamim Lucas Ernesto

Universidade Católica de Moçambique, Moçambique
E-mail: benjamimlucaserne@gmail.com

Horácio Felisberto Caliche

Universidade Católica de Moçambique, Moçambique
E-mail: hfcalice@gmail.com

Resumo

O artigo "Coorporativismo como um modelo de gestão governamental na Inclusão, Igualdade e Equidade de Gênero" propõe uma análise crítica do corporativismo como um paradigma de gestão pública para promover inclusão, igualdade e equidade de gênero na sociedade. A pesquisa, desenvolvida no âmbito da disciplina de Governança e Poder Local do Mestrado em Comunicação para o Desenvolvimento e Gestão de Projectos de desenvolvimento da Universidade Católica de Moçambique, aborda o conceito de cooperativismo, suas origens históricas e os princípios que o norteiam. A introdução destaca a relevância social e acadêmica dos temas abordados, destacando a importância de compreender o cooperativismo como uma ferramenta governamental para enfrentar desafios como discriminação, desigualdade e violência de gênero. O texto explica a base teórica da cooperação, remontando à história da humanidade e explorando a ideia de que a união amplia a produtividade. A seção sobre cooperativismo destaca seu papel na promoção do desenvolvimento econômico e social, ressaltando os princípios fundamentais, como adesão voluntária, gestão democrática e participação econômica dos membros. A vinculação do cooperativismo às ideias de justiça social e equilíbrio é discutida, destacando sua origem no movimento cooperativista e suas contribuições para a organização do trabalho. O artigo procura compreender como as cooperativas governamentais, em Moçambique, podem contribuir para o desenvolvimento comunitário, mencionando leis específicas e programas governamentais. A inclusão social é apresentada como um conceito que busca integrar aqueles que foram socialmente excluídos, enquanto a igualdade e a equidade de gênero são discutidas como requisitos essenciais para uma sociedade justa e equilibrada. Nas considerações finais, destaca-se o papel do cooperativismo na promoção da igualdade de oportunidades e na superação de desigualdades de gênero. O artigo conclui chamando a atenção para a necessidade de promover atitudes inclusivas e igualitárias para construir uma sociedade mais equitativa.

Palavras-chave: Cooperativismo; Igualdade de gênero; Inclusão social.

Abstract

The article "Corporatism as a Model of Governmental Management in Gender Inclusion, Equality, and Equity" proposes a critical analysis of corporatism as a public management paradigm to promote inclusion, equality, and gender equity in society. The research, conducted within the Master's in Communication for Development and Project Management of development project program at the Catholic University of Mozambique, addresses the concept of cooperativism, its historical origins, and the guiding principles. The introduction emphasizes the social and academic relevance of the topics, underscoring the importance of understanding cooperativism as a governmental tool to address challenges such as discrimination, inequality, and gender-based violence. The text explains the theoretical basis of cooperation, tracing back to human history, and exploring the idea that unity enhances productivity. The section on cooperativism highlights its role in promoting economic and social development, emphasizing fundamental principles such as voluntary membership, democratic management, and economic participation of members. The connection of cooperativism to ideas of social justice and balance is discussed, highlighting its origin in the cooperative movement and its contributions to work organization. The article seeks to understand how governmental cooperatives in Mozambique can contribute to community development, mentioning specific laws and government programs. Social inclusion is presented as a concept that aims to integrate those who have been socially excluded, while gender equality and equity are discussed as essential requirements for a fair and balanced society. In the final considerations, the role of cooperativism in promoting equal opportunities and overcoming gender inequalities is highlighted. The

article concludes by drawing attention to the need to promote inclusive and egalitarian attitudes to build a more equitable society.

Keywords: Corporatism; Gender equality; Equity social inclusion.

1. Introdução

O Cooperativismo, associado à busca pela Inclusão, Igualdade e Equidade de Gênero, figura como um campo de notável interesse, não apenas no âmbito social, mas também no cenário acadêmico. "A união faz a força", como ilustrado por Bialoskorski (2006), reflete a essência da cooperação, essencial para compreender e abordar fenômenos complexos do cotidiano, como discriminação, desigualdade e violência de gênero. Estas temáticas, cruciais para compreender e abordar fenômenos complexos do cotidiano, são exploradas neste artigo.

A introdução destaca a relevância social e acadêmica dos temas abordados, enfatizando a importância de compreender o cooperativismo como uma ferramenta governamental crucial para enfrentar desafios societários. "O cooperativismo é um movimento de ideias, de caráter reformista, que marca uma filosofia de vida e a busca por melhores oportunidades para todos" (OCB, 2021, cit. em Serpa et al., 2022).

A compreensão teórica da cooperação, traçando suas raízes até a história da humanidade, é fundamental. "As formas de cooperação são algo de muito antigo na história da humanidade" (Bialoskorski, 2006), explorando a ideia de que a união amplia a produtividade é explorada com o intuito de contextualizar a importância do cooperativismo.

A tradição acadêmica sempre concebeu o ser humano como intrinsecamente social, analisando suas interações como uma forma de compreender a inserção na sociedade. O homem é um ser social e a essência da cooperação, percebida quando dois ou mais indivíduos se unem para produzir mais eficientemente, se destaca como um conceito fundamental.

Esta pesquisa visa aprofundar a compreensão do Cooperativismo como modelo de gestão governamental, focalizando sua importância na promoção da Inclusão, Igualdade e Equidade de Gênero no contexto social, a nossa aspiração reside em desvendar caminhos para a criação de uma sociedade inclusiva e igualitária, transcendendo as barreiras entre os gêneros feminino e masculino.

O método adotado para atingir tal propósito envolve uma metódica pesquisa bibliográfica, conduzindo a uma revisão crítica da literatura. A literatura consultada oferece a base sólida para a argumentação apresentada no nosso artigo. Os resultados desta pesquisa buscam responder à indagação central: Como o Cooperativismo Governamental pode efetivamente garantir a inclusão, igualdade e equidade de gênero na sociedade?

Na conclusão, apresentaremos considerações finais oriundas deste estudo bibliográfico, complementadas pela bibliografia que fundamentou nossa investigação.

2. Metodologia

Para atingirmos os resultados esperados a condução desta pesquisa se fundamenta em uma abordagem metodológica centrada na revisão bibliográfica, consubstanciada na análise crítica de fontes acadêmicas, periódicos científicos e obras pertinentes nas áreas de cooperativismo, inclusão social e igualdade e equidade de gênero.

Segundo a perspectiva de Booth et al. (2008), a revisão bibliográfica é compreendida como um "exame crítico e profundo da literatura existente em uma área específica de estudo" (p. 33). Nesse contexto, empreendemos uma busca sistemática nas bases de dados acadêmicas, visando à identificação de contribuições teóricas e empíricas relevantes. A análise dos textos selecionados é realizada de forma criteriosa, alinhando-se à perspectiva de Tranfield et al. (2003), que defendem que a "sistematização do conhecimento existente e pela identificação de padrões, tendências e lacunas na literatura" (p. 662).

A abordagem adotada nesse artigo científico permite contextualizar e aprofundar a compreensão dos conceitos de

Cooperativismo, Igualdade e Equidade de Gênero.

Em concordância com as recomendações de Hart (1998), esta revisão bibliográfica prioriza uma análise reflexiva, buscando não apenas expor as diferentes correntes de pensamento, mas também proporcionar uma síntese crítica que acresce as conclusões apresentadas.

Por meio desse método, não apenas consolidamos as bases conceituais do estudo, mas também delineamos perspectivas e desafios que instigam a continuidade da pesquisa acadêmica nesse domínio.

2.1 Objetivo da Pesquisa

O objetivo geral é compreender o papel do Cooperativismo como um modelo de gestão governamental na promoção da inclusão e igualdade de gênero, explorando o contexto social e acadêmico dessas temáticas.

2.2 Tipo de Estudo

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, centrada na análise crítica de fontes acadêmicas e literatura especializada.

A revisão bibliográfica é essencialmente exploratória, visando aprofundar o entendimento dos conceitos de Cooperativismo e sua aplicação na gestão governamental para a promoção da inclusão e igualdade de gênero.

3. Resultados e Discussão

3.1 Cooperativismo

O cooperativismo, ao longo da história, tem desempenhado um papel fundamental na promoção da união entre indivíduos com objetivos comuns. Bialoskorski (2006) destaca suas raízes antigas, remontando à pré-história e manifestando-se em diversas culturas, desde tribos indígenas até antigas civilizações babilônicas (p.21). A compreensão de que a cooperação pode potencializar a produção, como refletido no provérbio social moçambicano, reforça a ideia de que a união faz a força. Os Homens quando se unem pelo mesmo objetivo, produzem mais e mais rápido, que a soma do que produziram individualmente.

O cooperativismo emerge como um modelo econômico que enfatiza a colaboração e a participação igualitária dos membros. No século XIX, Robert Owen, uma figura proeminente nesse movimento, expressou sua visão, afirmando que "As cooperativas devem ser a forma de organização social que melhor combina os benefícios individuais com os interesses coletivos" (Owen, 1828).

O cooperativismo é uma forma de gerar união dentro de um contexto segregado por idades, sexo, raça e crenças, permitindo que pessoas com as mesmas dificuldades possam se unir argumentado por Santos (2021) destacando que "as pessoas também tendem a reunir-se em torno de valores e de crenças, vivem em comunidade, formam cidades e agregam-se dentro desses grupos maiores, em outros menores, ou ainda maiores que os primeiros, buscando preservar-se e manter-se.

No âmbito prático, as cooperativas operam com base em valores como solidariedade, igualdade e autogestão. Sob a lente do cooperativismo, a solidariedade impulsiona a cooperação mútua, enquanto a igualdade garante que cada membro tenha uma voz ativa nas decisões coletivas. A autogestão, como princípio, incentiva a responsabilidade compartilhada e a participação ativa na governança da cooperativa.

Além das contribuições históricas, o cooperativismo continua a desempenhar um papel significativo no desenvolvimento econômico contemporâneo. As cooperativas oferecem uma alternativa sustentável aos modelos tradicionais, promovendo a inclusão social e a distribuição equitativa de benefícios econômicos.

Assim, tem-se defendido que o cooperativismo prevê a união, segundo OCB (2021, cit. em Serpa, Cançado e

Filho, 2022) :

“O cooperativismo é um movimento de ideias, de caráter reformista, que marca uma filosofia de vida e a busca por melhores oportunidades para todos. É um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e social, produtividade e sustentabilidade, bem como o individual e o coletivo” (p.8)

Santos (2021), também comenta que, sempre houveram pessoas que, inconformadas com a sociedade em que viviam, aspiravam organizar uma sociedade ideal, onde reinasse a justiça, a paz, ordem e a felicidade, eliminando as diferenças econômicas e implantando o bem-estar coletivo.

E nessa vertente, Fajardo e Rocha (2018 cit, em Serpa, Caçado e Filho, 2022) sustentam que,

Movimento cooperativista fundou-se dentro de ideais do socialismo associacionista ou utópico, que defendiam uma sociedade mais justa e equilibrada em substituição ao modelo capitalista, à vista, não somente, da correção do meio econômico- social desemprego e às condições precárias de vida e de trabalho dos operários), como também da organização e sistematização do processo de trabalho em torno de cooperativas, inspiradas em princípios norteadores – propriedade, gestão e repartição cooperativa.

Menciona-se que os princípios cooperativistas correspondem a um conjunto de práticas que assinalam o agir cooperativo, isto é, as relações desenvolvidas entre cooperativas, e cooperativas e associado. Atualmente estão resumidos em sete premissas, segundo Schneider (2012).

- **Princípio da Adesão Voluntária, Consciente e do Livre Acesso (1º Princípio)**

Esse princípio trata de estabelecer os critérios básicos das relações do associado com a cooperativa e da cooperativa com o associado e de harmonizar essas relações.

- **Princípio da Gestão e do Controle Democrático por parte dos Sócios (2º Princípio)**

Esse princípio é essencial à organização cooperativa. [Tem como premissa o direito a participação e o envolvimento dos cooperados com a gestão da cooperativa, independente do capital investido].

- **Princípio da Participação Econômica do Sócio (3º Princípio)**

[envolve a contribuição dos membros;] [...] i) Pagamento de juro limitado ao capital [...] [e a] ii) Distribuição do excedente líquido na proporção das operações [...].

- **Princípio da Autonomia e Independência (4º Princípio)**

Este princípio se caracteriza pelo controle de seus membros, de forma que a sua autonomia seja preservada, mesmo quando a cooperativa receba ajudas externas, seja do poder público, seja de outra origem [...].

- **Princípio da Educação, Treinamento e Informação Cooperativa (5º Princípio)**

[consiste em promover competências práticas que os membros e colaboradores necessitam para desenvolver as atividades; envolve a concepção dos valores e do papel da cooperativa e o acesso à informação pelos cooperados]

- **Princípio da Cooperação Intercooperativa e a Integração Cooperativa (6º Princípio)**

[...] A cooperação intercooperativa compreende tanto as relações entre cooperativas da mesma classe ou do mesmo segmento, como as que existem entre cooperativas de segmentos diferentes.

- **Princípio da Preocupação com a Comunidade (7º Princípio)**

O cooperativismo deve assumir, perante a opinião pública, o compromisso de [...] participar como protagonista junto a outras forças sociais e comunitárias para o desenvolvimento regional, local e sustentável, [...] (p. 259).

Assim, as cooperativas governamentais a luz do governo de Moçambique, seriam os esforços desenvolvidos para o desenvolvimento comunitário, como o exemplo do programa quinquenal do governo (PQG) 2010-2014, e os anteriores “ estabelecem a melhoria das condições de vida da população rural através do desenvolvimento rural, promovido por associações cooperativas. Considerando estes pressupostos o Governo aprovou a Lei Geral das Cooperativas n.º.23/2009 de 8 de Setembro e a Lei das Cooperativas Agropecuárias n.º.2/2006 de 3 de Maio.”

3.2 Inclusão, Igualdade e Equidade de Gênero

Entender como o cooperativismo governamental, poderá promover a inclusão, igualdade e equidade de gênero, também obedece uma estrutura que inicia em entender e explicar os conceitos e a posterior entender a sua utilização social.

Então, o que é inclusão? Porquê equilibrar os gêneros ?

Citando Freire (2008) a inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. (p.02)

UNESCO (1994) define a inclusão como um novo modo de encarar a diferença. A inclusão assenta numa nova visão da diferença, reconhecendo que esta é inerente a todos os indivíduos.

Segundo Stainback, East e Sapon-Shevin (1994), “o objectivo da inclusão não é apagar as diferenças, mas sim permitir que todos pertençam a uma comunidade que valida e valoriza a sua individualidade” (p. 489).

Hamu e Mafra (2005) sustentam dizendo que a “Inclusão social nada mais é que trazer aquele que é excluído socialmente por algum motivo, para uma sociedade que participe de todos os aspectos e dimensões da vida – o económico, o cultural, o político, o religioso e todos os demais, além do ambiental (p.2).”

Outros autores que falam de direitos humanos, como Estivill (2003), são unânimes em admitir que as pessoas sejam distintas por nascer, habitar e ser educadas em contextos diferentes, razões pelas quais, para que sejam iguais, precisam de leis e políticas públicas que tomem em consideração e valorizem o ser humano além de seus aspectos culturais, étnicos ou linguísticos. (p.16)

Enquanto que, o conceito de igualdade abrange a individualidade de forma universal, conceituando-se como “ direitos humanos e uma condição de justiça social, sendo igualmente um requisito necessário e fundamental para a igualdade, o desenvolvimento e a paz.”

A Igualdade de Género exige que, numa sociedade, homens e mulheres gozem das mesmas oportunidades, rendimentos, direitos e obrigações em todas as áreas. Devem e beneficiar das mesmas condições:

- Acesso à educação;
- Oportunidades no trabalho e na carreira profissional;
- Acesso à saúde;
- Acesso ao poder e influência.

3.3 Resultados

Ao observar o impacto do cooperativismo na promoção da igualdade de gênero, destacamos a relevância dos princípios cooperativistas na construção de ambientes equitativos. A adesão voluntária, conforme Schneider (2012), não apenas estabelece critérios básicos nas relações entre associados, mas também cria um espaço inclusivo, onde homens e

mulheres podem contribuir de maneira igualitária.

A gestão democrática, centrada na participação ativa dos cooperados nas decisões, como ressaltado por Santos (2021), proporciona um terreno propício para a igualdade de gênero. Esse princípio, em consonância com os ideais do socialismo associacionista, busca uma distribuição equitativa do poder, desafiando as normas tradicionais de gênero.

A participação econômica, parte fundamental do cooperativismo, conforme estabelecido no terceiro princípio, promove a igualdade de oportunidades entre os gêneros. A contribuição dos membros para a cooperativa, conforme OCB (2021, cit. em Serpa, Cançado e Filho, 2022), representa um meio para superar desigualdades econômicas, favorecendo a equidade de gênero.

A cooperação intercooperativa e a integração cooperativa, ao conectar diferentes comunidades, oferecem oportunidades para que homens e mulheres participem igualmente nos processos de desenvolvimento regional. Este aspecto, em sintonia com o sétimo princípio cooperativista, destaca o compromisso do cooperativismo com a comunidade, incluindo a promoção da igualdade de gênero.

Ao analisar as cooperativas governamentais em Moçambique, impulsionando programas como o PQG 2010-2014, e as legislações pertinentes, percebemos a busca por uma abordagem inclusiva, visando melhorias nas condições de vida de mulheres e homens. Essas iniciativas reforçam a importância do cooperativismo como um instrumento eficaz na busca pela igualdade de gênero.

Estes resultados apontam para a contribuição significativa do cooperativismo na promoção da igualdade de gênero, fornecendo um arcabouço estrutural que não apenas desafia normas preexistentes, mas também cria oportunidades para a participação equitativa de homens e mulheres na construção de comunidades resilientes e sustentáveis.

4. Conclusão

Ao percorrer os meandros do cooperativismo como ferramenta governamental na promoção da inclusão, igualdade e equidade de gênero, emergem considerações cruciais. A união proposta pelo cooperativismo, ancestralmente presente na história da humanidade, oferece alicerces para a construção de sociedades mais justas e equilibradas. Como Bialoskorski (2006) ressalta, essa forma de cooperação remonta à Pré-História, manifestando-se em diferentes contextos culturais.

Os princípios cooperativistas delineados por Santos (2021) e Schneider (2012) refletem a essência desse movimento, abrangendo adesão voluntária, gestão democrática e participação econômica dos membros. A autonomia e independência, preconizadas como valores centrais, convergem com o ideal de construir comunidades sustentáveis e inclusivas.

Quando direcionamos nosso olhar para a inclusão, igualdade e equidade de gênero, a narrativa se expande. Autores como Freire (2008) e UNESCO (1994) definem a inclusão como um movimento que não apenas aceita, mas valoriza as diferenças individuais, proporcionando a todos pertencer a uma comunidade inclusiva. No âmbito da igualdade de gênero, Estivill (2003) sublinha a necessidade de políticas públicas que transcendam as diferenças culturais, étnicas e linguísticas.

Considerando o papel das cooperativas governamentais em Moçambique, delineadas pelo Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2010-2014, percebe-se um esforço direcionado ao desenvolvimento comunitário por meio de associações e cooperativas. As leis aprovadas, como a Lei Geral das Cooperativas nº.23/2009 e a Lei das Cooperativas Agropecuárias nº.2/2006, fundamentam essa busca por melhorias nas condições de vida, alinhando-se ao propósito cooperativista.

Em síntese, o cooperativismo governamental, ancorado em seus princípios, revela-se como um instrumento eficaz na construção de sociedades mais inclusivas, equitativas e igualitárias. Todavia, a efetivação desses ideais requer a contínua promoção de atitudes inclusivas e igualitárias, desafiando construções sociais que perpetuam desigualdades de gênero. Este estudo, ao explorar essa dinâmica, busca contribuir para um entendimento mais profundo e embasado, fomentando discussões e ações que impulsionem transformações positivas em nossas comunidades.

Referências

- Bialoskorski, N. S. (2006). Aspectos Econômicos das Cooperativas. Mandamentos. Booth, C., Colomb, G., & Williams, J. (2008). The Craft of Research. The University of Chicago Press.
- Cançado, A. C., Serpa, S. A., & Pacífico Filho, M. (2014). *Cooperativismo. Dicionário para a formação em Gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 39-41. Estivill, J. (2003). Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias. Genebra: BIT, 227.
- Freire, S., & César, M. (2002). Evolution of the Portuguese special education system. A deaf child's life in a regular school: is it possible to have hope?. *Educational and Child Psychology*, 19(2), 76-96.
- Hamu, L., Mafra, J., & Hart, C. (1998). *Exclusão e Inclusão social*. <http://www.brasilecola.com/educacao/inclusao-social.htm>
- Doing a Literature Review: Releasing the Social Science Research Imagination. Londres: SAGE Publications. Owen, R. (1828). Observations on the Effects of the Manufacturing System. Londres: Longman, Rees,
- Santos, V. D. (2000). Crescimento. Crise e Reestruturação da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá – COCAMAR. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Agronegócios). Universidade Paranaense – UNIPAR, Umuarama/PR. www.unoescsmo.edu.br/pub/professores/farid_eid/dissertacaovaldemar.pdf.
- Schneider, J. O. (2012). A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. *Cadernos Gestão Social*, 3(2), 251-273.
- Serpa, A. C., Cançado, A. C., & Filho, M. P. (2014). *Cooperativismo. Dicionário para a formação em Gestão social*. CIAGS/UFBA.
- Stainback, S., Stainback, W., East, K., & Sapon-Shevin, M. (1994). A commentary on inclusion and the development of a positive self-identity by people with disabilities. *Exceptional Children*, Londres.
- Tranfield, D., Denyer, D., & Smart, P. (2003). Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. *British Journal of Management*, 14(3), 207-222.
- UNESCO. (1994). *The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education*. http://www.unesco.org/education/pdf/SALAMA_E.PDF 60(6), 486-490.